

### 3.

## O SISTEMA DE ENSINO E A IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM TUCURUÍ

Antes de abordar sobre o sistema de ensino de Tucuruí, considero importante fazer uma apresentação sintética do município para que o leitor possa se situar com mais precisão no local onde funciona a escola, objeto da pesquisa.

### 3.1.

#### O Município de Tucuruí

O Município de Tucuruí está localizado no Sudeste do Estado do Pará, à margem esquerda do Rio Tocantins, sendo banhado por ele de Norte a Sul. Tem sua origem no município de Baião que, atualmente, é um de seus pontos de divisa. A distância da Capital Belém é de aproximadamente 280 km em linha reta, 400 km por via fluvial, 485 km por via terrestre e 285 km por via aérea.

A localização geográfica privilegiada e suas riquezas naturais despertaram interesses no Governo Federal que criou dois grandes projetos: a Estrada de Ferro Tocantins (EFT) e a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT). Esses projetos, implantados em momentos diferentes, trouxeram para o município, um desenvolvimento econômico bastante significativo, porém, foram, também, responsáveis pelo surgimento de problemas sócio-culturais que afetaram a sua estrutura político-administrativa. A construção da estrada de ferro deu início ao processo de desenvolvimento do município ocasionando a sua emancipação do município de Baião. Posteriormente, a construção da usina hidrelétrica transformou o município em todos os seus aspectos, redimensionando a estrutura político – administrativa-sociocultural e econômica o que fez com que Tucuruí se transformasse em um dos municípios mais importantes do Sudeste paraense.

O município de Tucuruí, devido à sua origem ser formada por pessoas de diferentes partes do Brasil, aprendeu a conviver com um processo multicultural intenso e seus primeiros habitantes foram, gradativamente, absorvendo as diferentes culturas trazidas de outras regiões, o que torna difícil de identificar, com clareza, uma cultura específica originária do município.

## 3.2. Os grandes Projetos

*“Da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver no universo... Por isso a minha aldeia é tão grande como outra terra qualquer. Porque eu sou do tamanho do que vejo e não do tamanho da minha altura.”*

(FERNANDO PESSOA, 2003, anotações feitas em caderno de recordação)

### 3.2.1. A Estrada de Ferro Tocantins

A Estrada de Ferro Tocantins tinha como finalidade principal transpor o trecho encachoeirado do Rio Tocantins, entre Tucuruí e Marabá, trecho, que dificultava a navegação entre Pará e Goiás pelo Rio Tocantins e Araguaia.

Com o início da construção da estrada de ferro, muitas pessoas migraram para a povoação de Alcobaça, com o objetivo de trabalharem na estrada de Ferro Norte do Brasil, pela Companhia de Navegação Férrea Fluvial/Araguaia-Tocantins.

O município de Tucuruí foi consolidado logo após a inauguração do primeiro trecho da Estrada de Ferro, dela sobrevivendo por muitos anos, assim como da madeira e da castanha-do-pará, abundante em seu território, e que hoje se tornaram elementos raros. (SFC, 1994/ SEMDES, 2009).

A estrada de ferro foi extinta em 1974, com a alegação de que não estava mais atendendo às necessidades para as quais tinha sido criada. Além disso, estudos sobre o aproveitamento potencial do rio Tocantins já indicavam a possível construção de uma usina hidrelétrica na região. Infelizmente, a sua memória não foi devidamente preservada. A Companhia encerrou as atividades e o acervo da ferrovia foi adquirido pelo Governo Federal. Hoje, porém, não mais existe. Quem chega hoje a Tucuruí não encontra nenhum elemento que lembre o ponto inicial de construção da cidade – a Estrada de Ferro – ou algo que a ela remeta.

A Construção da Estrada de Ferro foi um marco para o crescimento populacional e econômico do município que ainda pertencia a Baião. O projeto de construção, apesar de longo, oportunizou a aplicação de investimentos financeiros que contribuíram para o desenvolvimento de uma estrutura social, política,

cultural capaz de transformar Tucuruí em um município independente.

Assim, Tucuruí começou pequena, em função da extinta Estrada de Ferro Tocantins, hoje, em função de seu desenvolvimento sistemático, é considerado como um dos municípios mais importantes do Sul e Sudeste do Estado.

### **3.2.2. A Usina Hidrelétrica**

Por volta de 1957, começaram os primeiros estudos para a construção de uma hidrelétrica no município de Tucuruí para aproveitar o potencial do rio Tocantins. As obras previstas para iniciarem em dezembro de 1973 só se concretizaram em agosto de 1975.

Antes da construção da Usina Hidrelétrica, a base da economia de Tucuruí era a extração da castanha-do-pará, chegando o município a exportar, em 1956, mais de três mil hectolitros do produto. O comércio de madeira era a outra atividade econômica digna de destaque. Porém, o município importava quase tudo o que consumia, uma característica que permanece até hoje, à exceção dos gêneros alimentícios. (PIZZATE, 2003)

Com a construção da Usina Hidrelétrica, o município de Tucuruí já possuía uma infraestrutura básica para um município considerado de pequeno porte. Esse investimento, mesmo tendo trazido um desenvolvimento econômico significativo para o município, também alavancou muitos problemas discriminatórios. A mão de obra utilizada na construção era quase totalmente constituída por pessoas oriundas dos estados do sul e sudeste do Brasil. Poucos habitantes do município foram selecionados para integrar o quadro funcional das empresas terceirizadas ou da própria Eletronorte o que ocasionou grande decepção na população que via na construção a oportunidade de emprego. A liberação de verbas para a referida construção contribuiu para que existisse no mesmo espaço geográfico dois mundos totalmente diferentes. Enquanto nas vilas construídas e administradas pela Eletronorte as pessoas gozavam regalias exageradas, a população de Tucuruí assistia revoltada ao esbanjamento do dinheiro público, fruto do imposto de cada cidadão brasileiro<sup>1</sup>.

Isso sem contar com o problema de desequilíbrio social e ambiental que o

---

<sup>1</sup>Desabafo feito por um antigo morador de Tucuruí.

município precisou administrar durante todo o processo de construção da usina. Não restam dúvidas de que com a construção da Usina Hidrelétrica, Tucuruí evoluiu significativamente em todos os setores, porém ainda não conseguiu durante esses vinte e cinco anos sanar todos os problemas que se projetaram na administração pública municipal.

Tucuruí, hoje, é um pólo de geração de energia com capacidade para explorar, de forma racional, as belezas naturais enriquecidas pelo lago artificial e, paralelamente, sofre as conseqüências desastrosas ocasionadas por esse mesmo lago. Durante o período de verão, o referido lago fica quase totalmente intrafegável devido à quantidade de árvores que ficaram submersas pelas águas e cujos troncos e galhos atrapalham o tráfego das famílias ribeirinhas que moram na região do lago e dele tiram o seu sustento. Essa é uma contradição que é vivida e sentida não somente pelas pessoas que residem no município, mas por todos que vêm até a cidade conhecer suas belezas naturais.

### **3.3. O Sistema de Ensino**

A educação especial e mais especificamente a escola especializada não pode ser apreendida de forma isolada. Ela deve ser analisada no contexto do sistema educativo municipal que apresenta uma organização curricular específica de seu sistema de ensino com concepções de escola, de gestão da educação e de aprendizagem próprias. A cultura escolar representa todas as ações ocorridas no cotidiano da escola relacionadas aos ritos, à linguagem, às formas de organização, à gestão e à constituição dos sistemas curriculares. Apesar de a escola, através de sua autonomia relativa, planejar a sua forma específica de organização e funcionamento bem como as suas tomadas de decisão que nem sempre se coadunam com a política educacional do município, ela consegue assegurar a sua funcionalidade e conservar a sua eficácia.

Em Tucuruí, o Sistema de Ensino Municipal trabalha, atualmente, provendo educação aos alunos matriculados desde a educação infantil até a oitava série do ensino fundamental, o que abrange uma parcela significativa da educação básica. No atendimento ao ensino fundamental, ainda funcionam as duas formas de atendimento, isto é, ensino fundamental de oito séries (em processo de

substituição) e ensino fundamental de nove anos (em fase de implantação). Atende também à educação de jovens e adultos nessa faixa do ensino fundamental e desenvolve trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais, bem como apresenta um programa na perspectiva de implantação e implementação do processo de inclusão escolar.

De acordo com os dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED, 2009) e pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável (SEMDES, 2009), através do Departamento de Desenvolvimento Econômico, o Setor Educacional possui a seguinte configuração:

Quadro 1 - Demonstrativo do Número de Escolas Existentes no Município

Modalidade de Atendimento	Zona Urbana		Zona Rural – Pública		Total
	Pública	Privada	Região do Lago	Região de Terra Firme	
Educ. Infantil	09	03	--	-	12
1ª à 4ª série	14	02	05	07	27
5ª à 8ª série	08	-	-	06	18
1ª à 8ª série	-	02	03		02
Ensino Médio	04	-	-		04
Educ. Infantil ao Ens. Médio		02	-	-	02
Total	35	09	08	13	65

Fonte – Secretaria Municipal de Educação – 2009

A Rede de Ensino do Município de Tucuruí está hoje constituída por 65 unidades de ensino, das quais 52 pertencem à Secretaria Municipal de Educação; dessas, 31 estão situadas na zona urbana e 21 na zona rural. As escolas de zona urbana são distribuídas da seguinte forma: nove com atendimento na área de educação infantil; 14 com atendimento de primeira a quarta séries das quais seis com atendimento de jovens e adultos e oito com atendimento de quinta a oitava séries, dessas, seis com atendimento de jovens e adultos.

Na zona rural, das 21 escolas, oito ficam situadas na região do lago da usina hidrelétrica, sendo que cinco atendem de primeira a quarta séries e três atendem de primeira a oitava série. Na região de terra firme, existem 13 escolas: sete atendem alunos de primeira a quarta série e seis, alunos de primeira a oitava série. Entre as escolas de terra firme, uma é escola indígena e fica situada na aldeia dos índios Assurini e atende 40 alunos de educação infantil. Além das escolas

pertencentes à Secretaria Municipal de Educação, há também:

a) Rede Estadual de Ensino: com quatro escolas e atendimento apenas no Ensino Médio.

b) Rede Particular de Ensino: composto por nove escolas, atendendo da educação infantil ao ensino médio.

c) - Rede Superior de Ensino e Ensino Técnico formados pelas seguintes instituições públicas:

- Universidade do Estado do Pará – UEPA, funcionando nos três turnos com os Cursos de Licenciatura em Educação Física e Enfermagem.

- Universidade Federal do Pará – UFPA, funcionando em dois turnos com os Cursos de Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, além do Curso Modular de Licenciatura em Matemática.

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará com os cursos de Ensino Médio, Médio Concomitante, Pós-médio e Superior Tecnológico de Eletrotécnica, Processamento de Dados e Saneamento.

Após a Municipalização do Ensino, o Estado mantém, atualmente, apenas 4 (quatro) Escolas de Ensino médio sendo que, para atender à demanda reprimida, utiliza os prédios das Escolas Municipais em horários em que existe disponibilidade de salas.

Segundo informações obtidas no Departamento de Programas e Projetos da Secretaria Municipal de Educação, o quadro discente do município está constituído da seguinte forma:

Quadro 2 - Demonstrativo discente

Mod.de Atend.	Estadual	Municipal			Feder al	Reg. Conv.	Partic.
		Zona Urbana	Z. Rural Lago	Z. Rural T. Firme			
Ed. Infantil	-	2.607	-	40	-	-	
1ª à 4ª	-	11.322	552	1194		505	
5ª à 8ª	-	9.933	186	302		-	
1ª à 8ª	-	-	-		-	-	
Jard. à 4ª							
Jard. à 8ª							1.691

Ens Médio	4.807	-	-	-	503	-	467
Total	4.807	23.862	738	1536	503	505	

Fonte: Secretaria Municipal de Educação – Ano 2009

Como podemos observar, o ensino público municipal é responsável pelo atendimento de 26.136 alunos concentrados nas zonas urbana e rural, dos quais 2.647 são de educação infantil (atendidos quase que totalmente na zona urbana, exceto 40 que são atendidos na aldeia dos índios assurini); 13.573 alunos atendidos de primeira a quarta séries, sendo 11.322 na zona urbana, 552 na zona rural, região do lago e 1194 na zona rural, região de terra firme e 505 em escola em regime de convênio. Os alunos de quinta a oitava série estão distribuídos da seguinte forma: 9.933 alunos atendidos na zona urbana, 186 alunos atendidos na zona rural, região do lago, e 302 alunos atendidos na zona rural, região de terra firme.

Para o atendimento adequado da população em idade escolar, o município de Tucuruí disponibiliza, na zona urbana, uma rede física que corresponde ao número de alunos atendidos no processo, isto é, para o atendimento de 2.607 crianças da educação infantil, são disponibilizadas nove escolas; para atendimento de 11.322 alunos do ensino fundamental de 1ª a 4ª séries existem quatorze escolas; para atendimento de 9.933 alunos do ensino fundamental de 5ª a 8ª séries existem oito escolas.

As escolas de educação infantil e 1ª a 4ª séries funcionam em dois turnos com exceção daquelas que atendem à educação de jovens e adultos que funcionam nos três turnos; as escolas que atendem de 5ª a 8ª séries funcionam em três turnos de modo a atender à demanda tanto do ensino fundamental quanto do ensino médio. Em visita às unidades de ensino municipal (aproximadamente 50%), foi possível constatar que elas não se encontram sucateadas e nem apresentam superlotação. No entanto, um problema que foi observado e que necessita de ser reavaliado está relacionado à existência, em algumas escolas, do turno intermediário que, segundo informações prestadas pela Secretária Municipal de Educação, está sendo gradativamente, eliminado do sistema municipal.

Comparando os dados existentes nos quadros 1 e 2, observamos que o número de matrícula do ensino fundamental está compatível com o número de escolas disponibilizadas para esse tipo de atendimento, no entanto, algumas

escolas que ficam localizadas nas proximidades do centro da cidade concentram um número significativo de alunos. Porém, as escolas situadas nos bairros mais populosos e que ficam mais afastadas do centro, possuem uma demanda muito grande o que dificulta o atendimento nas proximidades da residência do aluno, obrigando, em alguns casos, a existência, em caráter emergencial, do turno intermediário que está gradativamente sendo extinto, na medida em que as escolas são ampliadas ou novas unidades são construídas.

No caso da educação infantil, se for comparado o percentual de matrícula e a disponibilidade de alunos matriculados, é possível ter a falsa impressão de que existe uma desproporção entre os dados, entretanto, é importante ressaltar que a lotação de alunos por sala, nessa modalidade de atendimento, está relacionada à idade cronológica, ao nível de desempenho e ao tipo de atendimento. A enturmação, por sala, varia entre vinte e trinta crianças dependendo da etapa de trabalho em que ela está inserida. No caso de ensino médio, além do trabalho ser de responsabilidade do Estado, o município contribui cedendo às unidades de ensino fundamental, em seus horários livres, para atendimento de alunos do ensino médio, como forma de contrapartida.

Para atendimento da demanda discente, a rede municipal de ensino conta com um contingente de professores que, em sua maioria, são detentores de diploma de nível superior, conforme quadro a seguir:

Quadro 3 - Demonstrativo da Formação Docente da Rede Municipal de Ensino

Mod. de Atend.	Méd Compl.	Sup Incompl.	Sup Compl.	Especialização	Total
Ed. Infantil	16	04	105	07	132
1ª à 4ª	11	08	246	17	282
5ª à 8ª	02	05	284	36	327
Ed. Especial	-	-	28	-	28
EJA	-	04	79	14	97
Total	29	21	742	74	866

Fonte: Secretaria Municipal de Educação – Ano 2009

Como é possível observar no quadro acima, para o atendimento educacional, a maioria dos professores, 85% (oitenta e cinco por cento) da rede municipal de ensino, possui diploma de nível superior, 9% (nove por cento) têm

curso de especialização e apenas 6% (seis por cento) possui o ensino médio. Isso nos permite concluir que, apesar da distância existente entre o município e a capital, os profissionais estão buscando alternativas de investimento em sua formação. Esse esforço pode ser considerado um ponto fundamental para a construção de uma educação de qualidade. Os professores que atuam nas unidades de ensino do município tiveram sua formação superior subsidiada pelos recursos oriundos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), instituído pela Emenda Constitucional nº. 14 de setembro de 1997, que permitia a utilização de recursos para a formação de professores em nível superior. Essa abertura possibilitou que a Secretaria Municipal de Educação oportunizasse a todos os professores efetivos, que desempenhavam suas funções na rede de ensino municipal, portadores apenas do diploma de professor de ensino médio (antigo magistério) prosseguissem seus estudos oferecendo-lhes a oportunidade de habilitar-se em magistério de nível superior. Após essa oportunidade, a corrida em busca de cursos de especialização na área da educação, tornou-se, para cada professor, um sonho possível de ser realizado. Atualmente, é comum encontrarmos professores cursando ou em fase de conclusão do curso de especialização na área de educação ou em busca de cursos similares. É importante ressaltar, que mesmo o município contando com a presença de duas Universidades Públicas, ainda não são oferecidos cursos de pós-graduação que atendam às necessidades da clientela que atua no setor educacional. A alegação, por parte das Instituições de Ensino Superior de que tais cursos oneram a instituição, serve como desculpa para as Universidades deixarem de cumprir um de seus papéis fundamentais para o desenvolvimento da educação do município.

### **3.3.1. A Implantação da Educação Especial**

Por volta dos anos de 1973 e 1975, chegaram os primeiros trabalhadores que atuariam na construção civil das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A – Eletronoerte. Para acomodar esses funcionários, responsáveis pelo início do trabalho de construção da usina, foi construída a Vila Pioneira. Com o conseqüente aumento de famílias que se mudaram para Tucuruí , em busca de

trabalho, houve necessidade de construção de mais três vilas residenciais, denominadas Vilas Temporárias I e II e Vila Permanente.

Devido ao número acentuado de famílias oriundas das diferentes regiões do país que se instalaram no município para trabalhar na construção da usina, a empresa Eletronorte, através de uma de suas maiores empreiteiras Camargo Corrêa Comercio e Construção – CCCC<sup>2</sup>, iniciou a construção de escolas para atendimento dos filhos de funcionários que prestavam serviço de forma direta e indireta para a Eletronorte, implantando para isso a Unidade Integrada de Ensino, responsável pelo atendimento educacional desde a educação infantil até o ensino médio.

Com o desenvolvimento do trabalho nas unidades de ensino específicas (educação pré-escolar, ensino fundamental e ensino médio), os profissionais de educação observaram a existência de alguns alunos que, mesmo com todo o aparato disponibilizado para o atendimento educacional, não estavam acompanhando o mesmo nível de desempenho dos demais alunos, apresentando, em alguns casos, uma defasagem significativa no processo ensino-aprendizagem. A partir dessas observações, a equipe técnica da Unidade Integrada de Ensino sugeriu aos dirigentes da empresa CCCC a implantação do trabalho de educação especial para atender aos alunos que não estavam se beneficiando adequadamente do ensino regular.

### **3.3.2.**

#### **Atendimento na Educação Especial pela Eletronorte**

Segundo relatos de Pizzate (2009), na tentativa de solucionar o problema evidenciado, foram implantadas em 1981, nas dependências da Escola “Branca de Neve”<sup>3</sup>, duas turmas de Ensino Especial onde as crianças, embora de forma segregada, passaram a receber atendimento mais específico. Esse pode ser considerado o marco inicial da educação especial no município de Tucuruí.

Apesar da Unidade Integrada de Ensino, contratada pela empresa Camargo Corrêa para atender aos filhos de funcionários, constituir-se como uma instituição particular que dispunha dos mais modernos equipamentos, com uma equipe

---

<sup>2</sup> Empresa de Comércio e Construção Civil, responsável pela Construção da Obra da Hidrelétrica de Tucuruí.

<sup>3</sup> Denominação de uma Escola de Educação Infantil administrada pela CCCC.

escolar oriunda do Sul e Sudeste do País, considerada com alto padrão de qualidade, mesmo assim, o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais não foi priorizado.

Dessa forma, acredito que foi mais simples excluir do que mudar. Foi mais prático transferir o problema do que enfrentar e superar as limitações. Assim foi instituída a educação especial no município de Tucuruí, como modalidade de atendimento a ser oferecida aos alunos que a escola regular não conseguiu manter em seu quadro discente. Feltrim (2007, p.27) afirma:

De qualquer maneira, todos devem estudar, quer pela oportunidade de se abrir a porta para a vida bela da cultura, das histórias, da comunicação, da aquisição de muitos conhecimentos, quer pela necessidade de se abrir alguma outra porta que permitirá garantir a sobrevivência, quer, ainda, pela necessidade de se obedecer às leis ou usufruir da merenda escolar.

Como diz Feltrim, pelo menos não foi interceptada a esses alunos a oportunidade de permanecerem se beneficiando do direito legal à educação, embora de forma segregada, eles continuaram recebendo o atendimento especial que lhes era devido.

Inicialmente, foram atendidos todos os alunos que apresentavam deficiência auditiva e deficiência mental, detectadas através de observação feita pelos professores do ensino regular e da equipe técnica da Unidade Integrada de Ensino composta por psicólogos, pedagogos, assistentes sociais e fonoaudiólogos. Em alguns casos, as crianças eram encaminhadas para Belém (com as despesas pagas pela empresa Eletronorte) onde faziam a triagem para posteriormente serem agrupadas de acordo com o tipo de deficiência.

Para cada modalidade de atendimento, existia um professor especializado que trabalhava em tempo integral. A escola dispunha de equipamentos e materiais didáticos adequados e suficientes para o atendimento que era feito de forma segregada uma vez que os alunos especiais, antes de serem detectadas as suas dificuldades de aprendizagem, frequentavam as salas regulares do ensino fundamental e só após a decisão de atendê-los, separadamente, é que foram retirados das salas do ensino regular, passando a ocupar um espaço específico destinado ao atendimento da educação especial.

Segundo Pizzate (2003), os resultados obtidos com esses alunos foram considerados eficientes e a divulgação desses resultados fez com que as mães de algumas crianças que não frequentavam a escola, em função de suas

dificuldades/deficiência, procurassem a unidade de ensino para matricular seus filhos, até então fora do processo de aprendizagem. Essa iniciativa ocasionou o aumento da procura de vagas obrigando no ano seguinte a mudança de espaço físico que passou a funcionar em uma casa da Vila Temporária. Ao discorrer sobre a sequência de mudanças de espaço físico para abrigar os alunos especiais, Pizzate (2003), faz as seguintes observações sequenciais:

- Com o aumento contínuo da demanda, em 1983 o espaço físico foi ampliado e adaptado, tendo sido utilizada outra casa situada ao lado da existente. Em função da abrangência e adaptação do espaço físico, as casas se transformaram em escola recebendo o nome de Escola de Ensino Especial Hilda Vieira, em homenagem a uma professora paraense, reconhecida, no Pará, pela dedicação empreendida ao trabalho de educação especial no Estado.

- Com a continuidade da obra de construção da usina hidrelétrica, houve crescimento populacional e conseqüentemente o surgimento de novos alunos considerados especiais. O aumento da demanda impulsionou a mudança de espaço físico e no ano seguinte, 1984, a escola foi remanejada para o local onde funcionou o serviço de saneamento da vila. O novo espaço era constituído por várias salas, um pátio para recreio e uma piscina.

- No ano seguinte, 1985, a Escola “Hilda Vieira” muda-se mais uma vez, ocupando o prédio onde atualmente funciona a Associação Pré-escolar “Pinguinho de Gente”, permanecendo lá de 1985 até julho de 1990. Nesse período, o seu atendimento era voltado para as modalidades de deficiência auditiva (DA) e deficiência mental (DM). É importante ressaltar que mesmo funcionando de forma segregada, o trabalho desenvolvido com os alunos foi muito importante para a superação de suas dificuldades que muitas vezes eram sanadas com a utilização de um trabalho sistematizado e específico oportunizando o retorno desses alunos ao ensino regular.

- Em 1985, a Construtora Camargo Corrêa contrata o Sistema Pitágoras de Ensino, uma empresa especializada em Serviços Educacionais, com sede em Belo Horizonte para administrar as escolas tanto do Canteiro de Obras<sup>4</sup>, como as da Vila Pioneira. Nesse mesmo ano, tem início o processo de desaceleração no ritmo da construção da barragem, ocasionando, assim, a demissão e transferência de

---

<sup>4</sup>Local onde se concentrou a construção da barragem e as Vilas Residenciais

muitos empregados da construção civil. Essa diminuição de pessoal foi responsável pela redução do número de alunos e conseqüentemente pela desativação de escolas, sendo que as primeiras desativadas foram as localizadas nas Vilas Temporárias I e II.

Pizzate (2003), ao analisar o arquivo passivo da escola de ensino especial referente aos anos de 1989 a 1991, constatou que a maior parte dos alunos matriculados na Escola Hilda Vieira, eram filhos de mães solteiras. Esses alunos apresentavam deficiência, na maioria das vezes, proveniente de seqüelas causadas por doenças sexualmente transmissíveis, tentativas de aborto, desnutrição, abandono, problemas pré e pós parto e falta de condições mínimas de saúde, características que, segundo ela, refletem diretamente os problemas sociais causados pela construção da barragem.

Estes “filhos da barragem” como foram definidos na época, receberam este adjetivo por serem concebidos e gerados a partir da promiscuidade e da prostituição que se instalou no município, devido à grande quantidade de pessoas, principalmente de sexo masculino, que veio em busca de trabalho. Locais como: Rua Assis de Vasconcelos, também conhecida como “escorre água”, Travessa São Jorge no Bairro da Matinha e km 4 da Rodovia Transcarnetá por muito tempo foram conhecidos como zona de prostituição, por concentrar grande quantidade de casas de festas e atividades noturnas. Em alguns locais, a empresa construtora mantinha serviços de vigilância sanitária e acompanhamento médico, haja vista que, muitas mulheres serviam para satisfazer aos homens solteiros que moravam nos alojamentos mantidos pela construtora. (PIZZATTE, 2003, p 50)

Segundo relatos de Pizzate (2009), a partir de 1990, já é possível observar nos documentos de arquivo da escola, a existência de alunos cujos pais não possuíam vínculo com a empresa construtora da obra nem com a Eletronorte; eram crianças que, por solicitação do serviço social do município, necessitavam de matrícula em escola especial em função de não estarem acompanhando o nível de desempenho esperado pela escola onde estudavam ou não terem sido matriculadas em escola de ensino regular sob a alegação de serem deficientes. Em função do aumento gradativo dessas solicitações de matrícula, em 1992, a escola, com autorização da Eletronorte disponibilizou matrícula para atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, cujos pais não possuíam nenhum vínculo com a empresa construtora e/ou empreiteiras. Essa iniciativa fez com que o espaço disponibilizado para atendimento da educação especial se tornasse pequeno, o que ocasionou uma nova mudança de local de atendimento. A atitude da Eletronorte em autorizar a abertura de matrícula para esses alunos, embora

tardia, veio corrigir um pouco do desequilíbrio social trazido para o município com as obras de construção da barragem. Pena que essa iniciativa teve um período muito pequeno, conforme será explicitado adiante.

Como já estava havendo redução do contingente de alunos, em função da desaceleração da obra, e devido à desativação de algumas escolas, os alunos que pertenciam à Unidade Integrada de Ensino foram todos agrupados e transferidos para um único prédio, a Escola São Pedro da Alcobaça local onde funciona hoje o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Tucuruí.

Esse novo espaço foi dividido em duas alas: uma para atendimento específico de alunos especiais denominada Escola Hilda Vieira e outra para atender, exclusivamente, aos alunos do ensino regular denominada Escola São Pedro de Alcobaça.

Segundo Pizzate (2003), a convivência no novo espaço acentuou de forma exacerbada o processo discriminatório e excludente, pois mesmo vivendo em um mesmo espaço os alunos do ensino especial tinham os horários, local de entrada e saída, recreio e atividades externas totalmente separadas dos alunos do ensino regular de modo a evitar qualquer contato entre eles. A atitude das mães dos alunos do ensino regular em ir até a escola para verificar se seus filhos estavam usando os mesmos utensílios domésticos e banheiros utilizados pelos alunos especiais como formas de evitar o contágio da deficiência era, infelizmente, aceita naturalmente pela unidade de ensino.

Mesmo com horários diferenciados era comum observar os alunos do ensino regular, no horário de recreio, dependurados nas janelas das salas do ensino especial para ouvir histórias ou participar de atividades desenvolvidas em sala de aula. Porém, essa atitude era sempre repreendida pelos inspetores ou professores.

Em dezembro de 1991, com o término do contrato existente entre a construtora Camargo Corrêa e o Sistema Pitágoras de Ensino, houve demissão de todos os funcionários que desempenhavam suas funções no setor educacional da empresa e a Eletronorte assumiu a administração da Vila Residencial, uma vez que, a partir daí, apenas os funcionários que atuavam na operação e manutenção da Usina permaneceriam na Vila. Em 1992, a Eletronorte contrata o Colégio Osvaldo Cruz, com sede na cidade paulista de Ribeirão Preto, para assumir o processo educacional sendo que essa instituição de ensino não manifestou interesse em permanecer com a Educação Especial, uma vez que a maioria dos

alunos era carente e não tinha vínculo com a Eletronorte o que poderia lhe acarretar prejuízos financeiros.

Fica clara a intenção da empresa Eletronorte isentar-se da responsabilidade de atendimento educacional especializado, uma vez que após a liberação do atendimento especial aos alunos, cujos pais não possuíam vínculo com essa empresa, anunciou, no final do mesmo ano, o fechamento da escola especial alegando o término da primeira etapa da obra de construção da Usina e o término do contrato com o Sistema Pitágoras de Ensino. Vale ressaltar que o atendimento de pré-escolar ao ensino médio permaneceu, sendo ofertado mediante novo convênio firmado com o Colégio Osvaldo Cruz (COC) e a empresa Eletronorte. Entretanto, o atendimento especial não foi incluído no novo convênio, pois a empresa excluiu de sua responsabilidade o atendimento dispensado aos alunos especiais ficando, exclusivamente, com os alunos considerados aptos a frequentar o ensino regular.

Com a exclusão dos alunos especiais, os demais alunos preservaram o direito de permanecerem usufruindo do atendimento educacional oferecido pela empresa. Diante dessa atitude pergunta-se: por que a empresa Eletronorte optou por extinguir apenas a educação especial quando existiam filhos de seus funcionários necessitando do atendimento? Que critérios foram utilizados para que fosse tomada essa decisão? Por que a empresa Eletronorte, um ano antes de extinguir o atendimento em educação especial, expandiu esse atendimento para os alunos do município, cujos pais não possuíam nenhum vínculo com a empresa, se esse sempre foi o critério para matrícula nas escolas mantidas pela empresa? Qual a responsabilidade social da empresa Eletronorte com o município de Tucuruí, se após um ano de abertura da educação especial para as crianças oriundas das escolas municipais, a própria empresa destituiu-se da responsabilidade de permanecer com esse tipo de atendimento educacional? A quem interessava essa decisão? Será que a decisão foi resultado de um trabalho integrado com os pais, professores e equipe técnica que atuavam com a educação especial? Para essas e outras dúvidas não se encontram respostas sustentáveis, pois atualmente na empresa Eletronorte ninguém sabe explicar, com clareza, o motivo da decisão.

Assim, foi muito fácil transferir para a administração municipal uma responsabilidade e um compromisso que havia sido tomado pela Eletronorte e que permanece até hoje sem explicações.

Impactados pela situação, uma vez que a escola de educação especial, naquele momento, não atendia apenas aos filhos de funcionários da empresa Eletronorte e terceirizadas, mas também um número significativo de alunos oriundos de famílias residentes na sede do município, os profissionais que desempenhavam suas atividades com os alunos especiais, juntamente com os pais de alunos se reuniram na perspectiva de buscar soluções alternativas para o problema. Em contato com a administração pública municipal, expuseram a situação e receberam o apoio necessário para a permanência do atendimento sob a responsabilidade do poder público municipal. Para Santos e Paulino (2008), a coragem de lutar para conquistar os espaços que se pretende alcançar é um início na construção da escola inclusiva. Na abordagem do tema, assim se expressam:

E, como toda luta, a inclusão exige coragem. Para assegurar a sua parcela de participação na construção de culturas, no desenvolvimento de políticas e na orquestração das práticas de inclusão, o professor deve lançar mão de toda a sua coragem para preservar seus sentimentos, sua consciência e sua responsabilidade, ante a angústia e a ansiedade que envolve este processo. Afinal, ele tem um início, mas não tem um fim determinado e muito menos garantias de sucesso pleno em todas as situações. (SANTOS; PAULINO, 2008, p. 49)

Diante desse quadro, os professores, os funcionários e os pais de alunos da extinta escola iniciaram um movimento em busca de assegurar o direito à educação para os alunos especiais.

Por se tratar de final de ano letivo e a Prefeitura não ter disponibilizado em suas previsões orçamentárias verbas para esse tipo de atendimento, foi estabelecido um acordo entre a empresa Eletronorte e a Prefeitura Municipal. Assim, a Eletronorte assumiu liberar e reformar o antigo prédio da Escola Infantil “Branca de Neve”, onde teve início o trabalho com educação especial, e a Prefeitura assumiu o quadro de funcionários e o pagamento do aluguel do ônibus que fazia o transporte dos alunos. Em 18 de abril de 1992, a escola começou a funcionar em novo sistema, então vinculado à Secretaria Municipal de Educação e seus professores reassumiram as atividades na certeza de que o aluno estaria sempre em primeiro plano.

### 3.3.3.

#### A Educação Especial sob a gerência da Secretaria Municipal de Educação.

Conforme explicitado anteriormente, a persistência dos profissionais que atuavam na área de educação especial, agregada à coragem e à determinação de pais, alunos, funcionários e algumas pessoas da comunidade, conseguiu manter viva a escola destinada ao atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais no município de Tucuruí. As palavras de P-1 em sua entrevista são especialmente expressivas:

*Nós aproveitamos o tempo de eleição. A gente sabia que o vice-prefeito era candidato a Prefeito e então não contamos parada, nos reunimos fomos até ele e conseguimos que ele empenhasse a sua palavra conosco. Foi então que ele disse que a gente podia contar com ele, que o trabalho não ia acabar e que ele se comprometia trazer a educação especial para o município e iria construir uma escola para receber estas crianças. Até assinou um documento de compromisso. Acreditamos nele e nos demos bem, tanto nós como as crianças. (P1)*

Mesmo sob pressão pré-eleitoral, o importante é que o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais teve continuidade e permanece até hoje lutando para alcançar os seus objetivos.

Quadro 4 - Demonstrativo de alunos na época em que a Escola foi municipalizada (1992)

Prontidão	Alfabet. D.M.	Alfabet. D.A.	Estimul. D.M.	Total
09	34	22	27	92

Fonte: Arquivo Passivo da Escola

Dessa forma, verificamos no quadro acima, que na época em que a Escola foi “descartada” pela Eletronorte, existiam 92 (noventa e dois alunos) regularmente matriculados e que poderiam ficar sem receber atendimento especial, daí a necessidade do poder público municipal ter negociado com a empresa, a cessão do prédio, mesmo que temporariamente.

No entanto, o prédio cedido pela Eletronorte para o funcionamento da educação especial não possuía estrutura física adequada, visto que apresentava desníveis significativos na estrutura do solo, o que em Tucuruí é bastante acidentado. Assim, essa situação constituía-se um obstáculo para o trabalho, uma vez que as atividades desenvolvidas precisavam ser executadas em salas

diversificadas exigindo de professores e alunos cuidados múltiplos para que fossem evitados acidentes.

Em 1992, quando a Secretaria Municipal de Educação assumiu a educação especial, o problema foi evidenciado e algumas mudanças pequenas foram feitas com o objetivo de minimizar o problema, porém os efeitos não atingiram os objetivos desejados. A recomendação então seria redobrar a atenção para evitar acidentes. (SE-1992)

No dia 15 de dezembro de 1992, foi fundada no município de Tucuruí a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), entidade que se constituiu pela necessidade de se evitar procedimentos semelhantes ao ocorrido e buscar alternativas que viessem contribuir com o trabalho da educação especial.

Para vários dos professores entrevistados, a APAE se manteve durante muitos anos sem expressividade que justificasse sua presença. Por isso, não conseguiu agregar sócios colaboradores centralizando-se apenas no seu presidente. Assim, o máximo que conseguiu foram algumas doações de materiais escolares, alguns equipamentos para oficinas e uma Kombi doada pela Federação Nacional das APAES cuja responsabilidade de manutenção e conservação ficou por conta da Prefeitura.

Os anos de 1992 e 1993 foram considerados, pela ex-Secretária Municipal de Educação, como de conquistas. Os profissionais que atuavam na escola estavam saindo de uma situação constrangedora (desemprego, extinção da educação especial pela Eletronorte, readaptação administrativa, etc.) que trazia uma insegurança para a equipe. Esses profissionais, ao mudarem de empresa, tiveram uma perda salarial acentuada. O nível de suporte que recebiam da Eletronorte, na atuação da educação especial, precisou ser readaptado, pois a Prefeitura Municipal não dispunha de recursos suficientes para manter o mesmo nível de atendimento, mesmo porque não havia se planejado para esse encargo que aconteceu de forma abrupta.

Ainda, segundo a ex-Secretária de Educação, o primeiro ano de funcionamento foi o mais difícil. Todavia, a equipe permaneceu unida e sugeriu, entre os seus componentes, um nome para a administração e supervisão da escola. Essa abertura/flexibilidade foi fundamental para o sucesso do trabalho. Por outro lado, não foi possível para a Prefeitura, manter todos os técnicos que desempenhavam suas atividades na escola especial, por isso permaneceu apenas

um supervisor pedagógico, um orientador e o diretor. Esse desfalque na equipe tornou o trabalho mais exaustivo, pois os professores teriam de substituir, no que fosse possível, a ausência dos demais técnicos.

Para a ex-Secretária de Educação, em 1993, a partir do segundo semestre, foi iniciado um trabalho de conquista dos profissionais que atuavam na escola especial no sentido de se refletir sobre os objetivos da escola enquanto atendimento segregado. A proposta era de que fosse analisada a possibilidade de atendimento misto, isto é, alunos especiais juntos com alunos do ensino regular. Inicialmente, a idéia não foi simpática, afinal há bem pouco tempo a educação especial já havia sido descartada pela Eletronorte, isso fez com que a proposta deixasse dúvidas e medo nos diferentes segmentos da escola; por conseguinte, foi necessário um processo lento de estudos, reflexões e conquistas.

Segundo a ex-Secretária de Educação, a proposta feita aos profissionais que atuavam com educação especial, no sentido de analisar e redimensionar os objetivos da escola, enquanto instituição segregada, estava pautada na própria insatisfação dos profissionais que atuavam com ensino especial que alegavam constantemente nas reuniões pedagógicas (em que a referida secretária participava), que os alunos, a partir do momento que eram matriculados na escola especial, mesmo tendo superado as suas dificuldades não eram aceitos pelo ensino regular. Esses alunos, quando conseguiam ser integrados, o tempo de permanência no ensino regular era muito pequeno, ou eles retornavam para o ensino especial ou abandonavam a escola sem nenhum tipo de justificativa. Ao serem procurados pelos profissionais da educação especial, geralmente justificavam que ficavam na sala de aula sem ter o que fazer, isolados em um canto, como se não pertencessem ao grupo. O professor sempre justificava não saber como lidar com esse aluno devido ao fato de esse discente não acompanhar o desempenho dos demais colegas. Para a Secretária de Educação, essas situações constrangedoras contribuíam para o retorno ou a evasão, o que tornava cada dia mais distante a possibilidade de se retornar ou integrar o aluno especial no ensino regular.

Santos e Paulino (2008, p.34) acreditam que:

Para haver inclusão é necessário que haja aprendizagem e participação social, e isso traz a necessidade de rever os nossos conceitos sobre currículo. Este não pode se resumir às experiências acadêmicas, mas deve ser ampliado para todas as experiências que favoreçam o desenvolvimento dos alunos normais ou especiais. [...] A questão que podemos e devemos levantar é se a escola representa para a

criança especial um espaço significativo de aprendizagem. Sendo a resposta positiva, podemos então afirmar que desenvolvemos práticas inclusivas.

Com base nas considerações feitas por Santos e Paulino, parece-nos que a escola onde os alunos especiais eram integrados não se caracterizava como um espaço significativo para eles, uma vez que seu retorno para a educação especial ou mesmo o abandono escolar eram considerados evidentes. Esse esforço contínuo da equipe na busca pela integração/inclusão no ensino regular e os resultados advindos desse esforço traziam uma sensação de incerteza e desânimo para os profissionais que acreditavam nas potencialidades de seus alunos, e ao mesmo tempo, percebiam que o fato de eles serem oriundos da educação especial se constituía um entrave para o seu retorno ou inclusão no ensino regular.

Santos e Paulino (2008, p.62) consideram que:

Construir e cultivar políticas de inclusão pressupõe planejar novas formas de atuação, com intencionalidade e ousadia, a fim de que os aspectos criativos do trabalho docente possibilitem novas formas de intervenção que garantam a participação de todos em diferentes campos de atuação e em diferentes espaços. Aqui, mais uma vez, o sujeito professor entra em cena, na medida em que planejar é pensar e criar estratégias. O pensar é um ato individual, mas não é solitário. Afinal, não podemos esquecer que ninguém pensa sozinho. Pensar envolve ouvir e ser ouvido pelos outros. É no pensar com o outro e para o outro que o professor pode encontrar as estratégias adequadas a cada tipo de situação e problema enfrentado.

Concordo com as considerações de Santos e Paulino quando afirmam que é necessário que o professor oportunize aos seus alunos a convivência integrada em diferentes espaços e campos de ação possibilitando a construção de um pensamento socializador capaz de direcionar o trabalho pedagógico para a busca de estratégias diferenciadas que atendam às diversas situações encontradas no espaço escolar. Tais estratégias podem ter sido o ponto central para a tomada de decisão que culminou com a transformação da escola especial em escola de educação para todos.

Ainda, segundo informações da ex-Secretária de Educação, após inúmeras reuniões e estudos sobre a proposta lançada, ao final do ano letivo de 1993 foi decidido por todos os segmentos da escola que seria ofertada matrícula para alunos do ensino regular, iniciando pela educação infantil com duas turmas de alfabetização em que já poderiam ser integrados alunos especiais. Nos anos posteriores, o atendimento se estenderia gradativamente até alcançar a 4ª série do

ensino fundamental. Com referência a essa atitude de mudança, a P.4 em sua entrevista assim se expressou:

*Para ser sincera, não acreditava muito nessa história de trazer aluno de educação infantil para estudar junto com aluno especial. P'ra mim isso era mais uma "balela" para nos levar no "bico". Mas afinal tinha que aceitar e garantir a minha permanência no emprego. Afinal, como diz minha mãe: "manda quem pode obedece quem tem juízo". Eu tenho né! Obedeci, né! Hoje acho que foi a melhor decisão que tomamos. (P.4)*

Como é possível perceber, havia por parte dessa professora, algumas dúvidas sobre o novo desafio a ser vivenciado na e pela escola. Afinal, a história que permeou o trabalho de educação especial, até aquele momento, estava impregnada de muitas incertezas. Ainda não se pensava e vivia a educação como um direito de todos. Isso trazia ou acentuava a angústia e o medo sentido.

A preocupação e a incerteza demonstrada pela professora entrevistada não era pontual, pois através de conversas informais com as demais professoras da época foi possível perceber o clima de intranquilidade que permeava o ambiente escolar. A dúvida que pairava entre os diferentes profissionais da educação especial estava relacionada ao futuro incerto que a tomada de decisão poderia trazer para os alunos especiais. Afinal, até aquele momento nenhuma iniciativa que se dispunha a possibilitar a convivência deles com os demais discentes havia alcançado o sucesso desejado. O Brasil vivia um momento de tensão em que o direito à educação para todos continuava sendo violado e o processo de integração dos alunos especiais no ensino regular não havia alcançado os objetivos a que se dispunha. Os Sistemas de Educação não consolidavam a proposta de integração em sua plenitude e as escolas especiais ou classes especiais nas unidades de ensino regular acabavam servindo de refúgio para os alunos que, uma vez integrados no ensino regular, retornavam ao ensino especial expulsos pela falta de sensibilidade existente entre os profissionais que atuavam no ensino regular. O clima de tensões e incertezas vividas naquele momento alavancou a iniciativa e o desejo de se construir um processo mais sólido e planejado que se solidificava com a proposta de inclusão

O ano de 1994 foi um marco na atuação do trabalho docente. As matrículas dos alunos do ensino regular que começaram tímidas em função do estigma que a escola já havia recebido: "escola de doidos", precisou ser incentivada pelos professores e pais de alunos especiais e a maioria dos alunos matriculados possuía

alguma relação com pessoas que constituíam um dos segmentos da escola (ou eram parentes ou amigos).

Quadro 5 - Demonstrativo de atendimento no período 1993/1995

Ano	D.M	D.A	D.M.U	DM/D.A	Alfa.	1ª série	Total
1993	77	24	08	-	-	-	109
1994	68	20	04	21	43	-	156
1995	68	30	05	40	66	45	254

Fonte: Arquivo passivo da escola

O desafio foi levado a sério e ao final do ano letivo o sucesso foi evidente, pois todos os alunos matriculados estavam lendo e escrevendo com um nível de compreensão/interpretação e criação, considerado pelos professores como sendo de boa qualidade.<sup>5</sup> Porém, o mais importante desse processo foi que pouco se percebia, por parte dos alunos do ensino regular, qualquer tipo de aversão ou discriminação com os alunos do ensino especial.<sup>6</sup> O relacionamento entre eles era considerado muito bom e os poucos constrangimentos causados eram oriundos de atitude dos pais<sup>7</sup>.

Para Oliveira (2005. p.128):

A vitimação dessas pessoas está pautada em discursos, representações, imaginários e práticas sociais de exclusão. Consideradas “diferentes” e marcadas por estigmas e por imagens negativas sofrem práticas de discriminação que inviabilizam ou minimizam sua participação na sociedade como cidadãos. Há uma negação ao direito de produzirem e reproduzirem suas vidas como pessoas humanas, e a educação especial no contexto educacional contém a marca desta discriminação.

Oliveira (2005), ao se reportar sobre discursos e representações relacionadas à “diferença” das pessoas com necessidades educacionais especiais, destaca que a homogeneização que vincula o “ser”, o “eu” e o que é “normal”, como se constituindo no “mesmo” também estabelece a sua negação, o “não ser”, o “anormal” e o “diferente”, na constituição do outro. Logo, se uma pessoa não se caracteriza como o “mesmo” automaticamente não possui os padrões exigidos e, portanto, é caracterizada como “outro”, não fazendo parte ou sendo excluída do grupo. Essa percepção de homogeneidade, em muitos casos faz com que a idéia do diferente não seja aceita pela sociedade, o que caracteriza a negação da

<sup>5</sup>Relatório de desempenho escolar ano 1994.

<sup>6</sup>Dados do relatório escolar de 1994.

<sup>7</sup>Registro encontrado em relatório dos professores, 1994.

pluralidade, da multiculturalidade, enfim do outro como específico, individual e único, portanto heterogêneo. A autora afirma:

As pessoas cegas, as pessoas surdas, as pessoas com Síndrome de Down ou com paralisia cerebral são referidas no âmbito social e escolar, como pessoas: “inválidas”, “defeituosas”, “deficientes”, “incapazes”, “excepcionais” e “portadoras de deficiência”. O olhar sobre essas pessoas no imaginário coletivo social e educacional é o de seres “diferentes” e “incapazes”, por isso, não aceitos, não respeitados como cidadãos, rotulados e excluídos pela sociedade. A representação da pessoa com necessidades especiais como *inútil e incapaz de aprender* está presente entre os/as professores/as e os pais caracterizada por discursos que passam pelo medo, pela reação de *não aceite* e por um olhar de *crítica comportamental* (OLIVEIRA, 2005, p.169-174).

É possível perceber que o estigma que se imprime a essas pessoas lhes rotula com uma intensidade acentuada que os acompanha para o resto da vida. Basta usar uma bengala, uma cadeira de rodas, uma prótese visual com lente forte (fundo de garrafa), uma prótese auditiva ou possuir características físicas que diferem da chamada normalidade para que a pessoa seja automaticamente rotulada, estigmatizada e conseqüentemente excluída. É preciso, portanto, a realização de um trabalho consciente e responsável para que possamos ultrapassar gradativamente essas barreiras que se tornam obstáculos no caminho da cidadania. E foi exatamente isso que os professores se dispuseram a fazer no momento em que a escola especial abriu suas portas para receber os alunos de educação infantil do ensino regular iniciando uma árdua construção para a consolidação de uma sociedade cidadã. Alguns inseguros, outros dispostos a ultrapassar os obstáculos que poderiam advir dessa nova experiência e bem poucos se sentiram intimidados com a nova proposta de trabalho. O importante era que uns sustentavam os outros, com palavras, incentivos, trabalhos compartilhados, acreditavam que se estivessem juntos estariam fortalecidos.

O resultado do trabalho rendeu frutos proveitosos, pois no ano seguinte, 1995, o trabalho de busca por matrícula foi invertido, e ao invés de ser feito pelo pessoal da escola, a procura era feita pelas próprias mães de alunos que cientes do resultado do trabalho dos profissionais da escola fizeram a sua opção de escolha. (P.1; P.2; P.3).

É como diz Giné, citado por Alcudia:

Quando uma equipe docente focaliza a atenção na diversidade a partir do projeto Curricular da Escola, certamente compartilha o princípio de que cada aluno é diferente, como também são diferentes os professores e as instituições educacionais. O desafio está em abordar educativamente e tornar formativas as diferenças. Somente compartilhando e assumindo esse princípio é que podemos dar

um enfoque inovador, integrador e promotor das diferenças existentes desde sempre em nossas escolas. (ALCUDIA, 2002, p. 39)

A equipe escolar parece ter provado que poderia fazer a diferença na ação docente e, por isso, foi capaz de reverter um quadro que já havia se estabilizado na escola pela própria percepção da sociedade ao identificá-la como “escola de doidos”.

Após o primeiro ano de implantação do trabalho, as lutas, as incertezas, as angústias, e, sobretudo a vontade de vencer, culminou com o que mais se almejava, isto é, provar para a sociedade que é possível a realização de um trabalho de qualidade, atendendo às diferenças e respeitando o direito de todos. Para isso, basta que haja vontade política e compromisso profissional da equipe que atua com a educação. Esses dois suportes fizeram da escola especial uma referência em educação no município de Tucuruí. Essas informações são evidenciadas nas palavras de Pizzate<sup>8</sup> 2009, que ao ser abordada sobre esse momento vivido na escola, assim se expressou:

Eu não tenho dúvidas de que o trabalho inicial foi árduo, mas quando lembro dos alunos de alfa chegando ao final do ano todos lendo, e bem viu! Fico pensando que valeu a pena. Isso foi para nós da educação especial um grande prêmio porque com a colaboração e compromisso de todos encerramos o ano letivo com muito sucesso. Daí em diante, as coisas melhoraram. As portas começaram a se abrir para a escola. (conversa informal REGISTRO NO CADERNO DE CAMPO)

O esforço da equipe profissional e consequentemente o sucesso obtido fez com que a demanda de alunos do ensino regular aumentasse, forçando a expansão do trabalho o que só ocorreu em 10 de março de 1996, com a inauguração da nova escola situada às margens da Rodovia 422 que liga a sede do município à vila da Eletronorte. Dessa forma, a escola passou a funcionar em prédio próprio, na sede do município de Tucuruí (onde permanece até hoje), recebendo, nessa época, o nome de Escola de Educação Especial Professora Odnéia Leite Caminha em homenagem a essa ilustre educadora que se destacou na luta pela educação especial no Estado do Pará. A partir de 2006, passou a ser chamada Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Odnéia Leite Caminha, nome que conserva até os dias atuais.

---

<sup>8</sup>Diretora na época da abertura da escola para os alunos do ensino regular.

Em 1998, a primeira turma do ensino regular concluiu a 4ª série do ensino fundamental e como prêmio pelo sucesso obtido ganhou um passeio até Belém onde teve a oportunidade de passear, conhecer alguns pontos turísticos.

A partir dessa data, a escola passou a receber verbas dos diferentes programas do Ministério da Educação como: *Plano de Desenvolvimento da Educação* (PDE), *Programa Dinheiro Direto na Escola* (PDDE), merenda escolar, entre outros. Esses programas contribuíram para melhorias físicas e aquisição de materiais necessários e a escola intensificou cada vez mais o processo de socialização dos alunos possibilitando uma convivência respeitosa entre eles.

Após um longo período de inatividade, a APAE se restabeleceu ( agora em sede própria cedida pela Prefeitura) e com uma nova diretoria. Atualmente, está procurando retornar seu caminho de modo a se fortalecer, bem como atuar de fato e de direito em favor das causas dos deficientes.

#### **3.3.4.**

#### **O Processo de Inclusão**

A adesão ao processo de inclusão em Tucuruí não causou muito impacto, uma vez que com a atitude de se abrir a escola especial para receber alunos do ensino regular, foi sendo iniciado um trabalho de sensibilização nas escolas regulares para a importância de sua participação no atendimento do aluno especial. O trabalho, até então denominado de integração se redimensionou para atender às diretrizes estabelecidas pelo processo de inclusão, porém a forma com que o trabalho foi encarado pelos profissionais da educação especial não se limitava, apenas, na adequação do aluno à unidade de ensino. Mesmo sob as ações da integração, os profissionais de educação especial se empenhavam em acompanhar e orientar os alunos de modo que sua permanência no ensino regular fosse duradoura/definitiva, embora a resistência e falta de receptividade do ensino regular se tornassem o maior entrave para a efetivação do trabalho.

O nível de aceitabilidade do aluno especial na escola regular foi um processo lento que perdura até os dias atuais. Por isso, ainda é possível encontrar, no município de Tucuruí, um número acentuado de unidades de ensino que se consideram “despreparadas” para esse tipo de atendimento, alegando não dispor

de profissionais habilitados nem de conhecimentos específicos que lhes permitem tratar com alunos especiais. Todavia, acredito que já se avançou bastante nessa conquista, pois das 65 (sessenta e cinco) escolas existentes 29 (vinte e nove) já desenvolvem trabalho com alunos especiais, o que me permite assegurar que 47% (quarenta e sete por cento) demonstram algum nível de aceitação do processo de inclusão, conforme especificado no quadro a seguir.

Quadro 6 - Demonstrativo de escolas com atendimento de alunos inclusos - 2009

Mod. Atend.	Estadual	Municipal	Particular	Reg. Conv.	Total
Ed. Infantil	-	05	01	-	06
1 <sup>a</sup> à 4 <sup>a</sup> série	-	11	-	01	12
1 <sup>a</sup> à 4 <sup>a</sup> /EJA	-	03	-	-	03
5 <sup>a</sup> à 8 <sup>a</sup> série	-	03	-	-	03
5 <sup>a</sup> à 8 <sup>a</sup> /EJA	-	01	-	-	01
Ens. Médio	01	-	-	-	01
Ens. Méd/EJA	02	-	-	-	02
1 <sup>a</sup> à 8 <sup>a</sup> /EJA	-	01	-	-	01
Total	03	24	01	01	29

Fonte: Inep/Deed - Censo Escolar 2009 – Educacenso

Conforme constatado no quadro sete, das 29 escolas especificadas, 27 estão situadas na zona urbana e duas na zona rural. Desse total, sete com atendimento de Educação Infantil, sendo seis municipais e uma particular; dez de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série sendo nove municipais e uma em regime de convênio; quatro de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série todas municipais; três estaduais de ensino médio e uma com atendimento de jovens e adultos também pertencentes ao sistema municipal. Na zona rural, apenas duas escolas municipais de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série oferecem esse tipo de atendimento.

Nas visitas às escolas especificadas no quadro 7, exceto às da zona rural, observei que em vários casos os alunos não são oriundos da educação especial, em geral efetuaram sua matrícula na unidade de ensino sem ter informado nenhum tipo de deficiência o que só foi detectado posteriormente.

Quadro 7 - Demonstrativo de inclusão por categoria - Ano 2009.

Categoria	Zona Urbana	Zona Rural	Odinéia	Total
DMU	17	-	04	21
Autista	08	-	02	10
Baixa visão	69	01	01	71
Surdo	23	01	02	26
DM	73	-	56	129
DF	41	-	02	43
Cego	04	-	0	04
DA	17	-	04	21
Total	252	02	71	325

Fonte: Secretaria Municipal de Educação.

Com referência ao processo de inclusão no município, segundo o Censo Escolar 2009 publicado pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED), o número de alunos com deficiência, com transtorno global do desenvolvimento e com altas habilidades que estão freqüentando as unidades de ensino regular, é de 325. Desses, 71 na Escola Municipal de Ensino fundamental Odinéia Leite Caminha (objeto de estudo desta tese), uma vez que a referida instituição desenvolve suas atividades na perspectiva da educação inclusiva e tendo funcionado, durante vários anos, como escola de educação especial, atendendo especificamente a alunos especiais.

Essa unidade de ensino, mediante um trabalho de ressignificação de suas ações, oportunizou o atendimento aos alunos do ensino regular em suas dependências físicas, possibilitando, com isso, a convivência entre esses alunos e os alunos do ensino especial de modo a incentivar as demais escolas para adesão ao processo de integração/inclusão que se constituía na época. As especificidades dessa escola serão abordadas no próximo capítulo.